

assumisse logo o compromisso de não o fazer, até o Sr. Ministro da Fazenda estava escamoteando essa reunião.

Agora, pergunto: como o Senhor Deputado Horácio Lafer, que cuida de tantos negócios relativos às suas indústrias e elabora relatórios na Comissão de Finanças é ainda chamado à Superintendência da Moeda e do Crédito para estudar a situação do resgate dos títulos brasileiros?

Sr. Presidente, só tenho uma expressão para a presença do Sr. Horácio Lafer: é a impressão de que o Congresso estava concordando com esse resgate e precisava de uma "moldura". O Sr. Horácio Lafer infelizmente prestou-se a esse papel de "moldura" da situação dos negócios do Sr. Ministro da Fazenda. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o Sr. João Botelho (Paua). Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Aureliano Leite.

O SR. AURELIANO LEITE (*) Sr. Presidente! Realizaram-se ontem em São Paulo, na Capital e no interior, as solenidades comemorativas do "9 de Julho", ou seja da nossa maior data, aquela que marca a Revolução Constitucionalista. Foi este acontecimento, como todos devem estar lembrados, que fez com que o Brasil, um tanto ta-diamente, embora viesse a se reconstitucionalizar.

Má quem diga que essa revolução não foi perdida, pois ela teve, a despeito de, imediatamente, o seu triunfo completo. Depois do pequeno período constitucional, sob o qual o nosso país viveu, e, após o nefando golpe de estado de 10 de novembro as bandeiras dos Estados os seus bráços e flâmula e mais especialmente o pendão do grande Estado bandeirante, foram incineradas em solenidade pomposa na Praça do Russel, na cidade do Rio de Janeiro. Foi solidário com essa solenidade o depois Interventor de São Paulo, seu atual governador, Sr. Admar de Barros.

Sobre esse incidente, o grande estadista Armando de Sales Oliveira, já no exílio, no dignificante exílio em que se encontrava nos Estados Unidos, compôs um manifesto dos mais interessantes, dos mais grandiosos da vida política do Brasil, intitulado "Diagrama de uma situação política". Tal manifesto, que levou o insigne estadista Armando de Sales Oliveira ao banco dos réus, embora tendo o respectivo processo corrido à revelia, pois ao mesmo tempo em que era chamado ao Tribunal de Segurança encontrava-se exilado no estrangeiro, contém trechos magníficos de patriotismo acendrado, como o que vou ler à Câmara, a fim de que fique constando nos Aíais.

Sendo hoje 10 de julho e tendo transcorrido ontem a grande efeméride paulista, só hoje posso pedir a transcrição do seguinte texto:

"PRIMEIRA SOLENIDADE"

De Armando de Sales Oliveira — "Diagrama de Uma Situação Política"

A primeira solenidade do "estado novo" foi de rompimento com o passado. Na praça do Russel, em espetáculo ordenado segundo um ritual inédito, foram incineradas as bandeiras dos Estados brasileiros. As palavras, que então se pronunciaram, foram todas de luto e obra de unificação nacional que se iniciava no Brasil. Fascinado pelas chamadas, o povo não percebeu que nenhuma palavra exaltava a emanção espiritual que subia a despeito de tudo, daqueles símbolos calcinados. A cerimônia foi mais um ardil do sr.

Getúlio Vargas, que tentou aprisionar almas cándidas dando-lhes um alimento que as impedisse de pensar no que ele lhes subtraiu a 10 de novembro. E não era difícil discernir, através das labaredas, dos coros e das palmas, a fraqueza de um regime que, anunciado como uma poderosa força criadora, revelava, desde o primeiro passo, com a sua insinceridade, a sua pobreza de imaginação.

Cada um daqueles retângulos de pano representava um pedaço da nossa história. Por trás dos emblemas banidos pela nova religião política havia imagens fulgurantes — grandes homens e grandes feitos, que nenhum poder humano conseguira reduzir a cinzas. Que alcance tem a queima do estandarte rio-grandense se se deixa no seu pedestal, na praça mais bela do Porto Alegre, a estatua de Bento Gonçalves? Que importância aos mineiros, idolatrados do Inconfidência, o desaparecimento dos escudos com a legenda famosa, se o nome e a história de Tiradentes vivem em todas as memórias e se O Negro Preto não perde as prerrogativas de monumento nacional? Que vale a incineração da bandeira de São Paulo, se os contornos do Brasil nela tinham sido fixados pelos velhos gigantes do planalto e se os mortos da revolução de 32 inspiam um culto fervoroso, a que os acontecimentos de 10 de novembro deram um sentido ainda mais puro? Que significação tem para os pernambucanos a entrega do seu pavilhão às chamadas, se os mártires de 1817 não podem ser arrancados da história brasileira sem nos negarmos a nós mesmos?

Nenhum mal faziam as bandeiras e os bráços dos Estados à unidade do Brasil. Desaparecidos, não fazem falta. Se aos olhos de muita gente honesta constituíam fermentos de dissociação, não havia entretanto, sem se poderia ter seguido o alvitre de recolher a um museu, numa praça de história. A idéia não é minha, mas de um homem do povo, um homem sem gravata, ferido pelo caráter de e sequeção pública de que se revelou a a cena do Russel. Mas nem sempre se encontra dentro dos palácios a sensibilidade de um homem da rua.

A verdade é que o sr. Getúlio Vargas atacou os símbolos materiais porque não achou meio de eliminar aquilo que eles significam para a consciência democrática do Brasil — uma maravilhosa sucessão de reações populares, de revoluções grandiosas, cujo pensamento central em caso algum foi um pensamento antibrasileiro mas a expressão de um impulso irremovível para a vida dos povos livres.

Sr. Presidente, acossado pelo tempo, deixo aqui o trecho do grande manifesto de Armando de Sales Oliveira. É uma página autológica de civismo brasileiro. (Muito bem; muito bem.)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Crepory Franco.

O SR. CREPORY FRANCO — Deixo a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Dolor de Andrade. (Pausa.)

Não está presente. Tem a palavra o Sr. Samuel Duarte.

O SR. SAMUEL DUARTE — Senhor Presidente! E com o mais legítimo sentimento de revolta, de indignação, e de protesto, que ocupo hoje a tribuna para denunciar um ato de selvageria, um brutal atentado ocorrido na cidade de Campina Grande, na noite de ontem após o comício ali realizado pelo Sr. José Pereira Lira, Secretário do Presidente da República.

Realizado o comício, correligionários nossos procuraram levar a efeito uma passeata, em atitude pacífica, quando a polícia apareceu e utilizou suas armas contra o povo. Dessa selvageria, resultou a morte de três amargos, sendo feridos onze, entre os quais o meu parente e amigo Senhor Jovino Sobreira, membro do Diretório do P. S. D. daquela cidade e comerciante — que ali goza da melhor reputação.

O Sr. Lino Machado — Veja Vossa Ex.ª a gravidade desse atentado. Tem-se a impressão de que está sendo dirigido pelo alto funcionário, ou coisa que o valha, do gabinete do Senhor Eurico Gaspar Dutra.

O Sr. Plínio Lemos — Pelo jeito é a reprodução do que se verificou no Largo da Carioca; a chacina de uma população indefesa.

O SR. SAMUEL DUARTE — Senhor Presidente, quando os líderes da Coligação paraibana realizaram, o mês passado, uma excursão por todo o Estado, os Senhores José Americo e M. Carneiro, candidatos a Governador do Estado e a Senador, percorrendo os principais municípios, dirigiram a campanha em moldes rigorosamente democráticos. Assim, a conduta de nossos amigos, sob a liderança daqueles eminentes figuras não importou em provocação de natureza alguma. Apenas, na véspera da chegada do Senhor José Americo à cidade de Areia, houve um conflito provocado por nossos antagonistas.

Agora, porém, uma alta autoridade da República, que utiliza na sua propaganda os meios oficiais...

O Sr. Lino Machado — E os processos do Largo da Carioca.

O SR. SAMUEL DUARTE — ... e empresas de publicidade intimamente ligadas ao oficialismo, chega à cidade de Campina Grande, e, já pelo apoio que recebe essa autoridade, já pelas ameaças, anteriormente anunciadas por seus aulicos e amigos, não podia ser outro o ambiente capaz de favorecer atentados como o que estou denunciando.

Mais uma vez faço um apelo ao Sr. Presidente da República.

O Sr. Lino Machado — Responsável por todas essas carnificinas, o único talvez.

O SR. SAMUEL DUARTE — ... no sentido de que faça descer sobre o espírito de seu Secretário um conselho e uma advertência, a fim de coibir nos seus aliados da Paraíba a prática de excessos dessa natureza, que cepeem contra nossos foros de civilização.

Nossa campanha no Estado é inspirada em sentimentos muito altos, de respeito aos adversários. Em troca disso, que acontece, Sr. Presidente? Os fatos de Campina Grande são a primeira demonstração dos métodos que agradam ao Sr. Chefe da Casa Civil na propaganda de sua candidatura ao Senado Federal.

Não me venham dizer que S. Ex.ª não tem nada com as ocorrências. Bastaria a consideração do cargo que ocupa o Sr. Pereira Lira; bastaria que os seus aliados sentissem da parte do Sr. Pereira Lira e do oficialismo que o apoia, uma atitude de isenção, de serenidade, de respeito às garantias do regime, para que a Polícia se detivesse. Fosse outra a sua conduta e não seriam atingidos nos seus direitos e nas suas liberdades cidadãos pacíficos, que apenas cometem o delito de opinar numa regime de livre opinião.

O Sr. Lino Machado — Prática que vem desde o início deste Governo — é bom não esquecer. Foi isso mesmo que se viu no Largo da Carioca, quando o Sr. Pereira Lira estava na chefia da Polícia. O inquérito ainda está sendo esperado. Foi, então, assegurada a esta Casa, pelo mesmo líder que está, que teríamos conhecimento dos responsáveis por aquela carnificina. Até hoje, entretanto — quase cinco anos decorridos — nada chegou à luz.

O SR. SAMUEL DUARTE — Senhor Presidente, telegrama de um dos membros mais destacados do Diretório do P. S. D. municipal de Campina Grande dá notícia sumária dos acontecimentos. Até agora, não recebemos maiores detalhes, porque o telegrama se tem mantido silencioso a respeito do assunto, o que não deixa de causar estranheza, dado o espaço de tempo decorrido desde a hora das ocorrências. Não constitui, entretanto, surpresa para nós, que participamos da política paraibana, o que está acontecendo.

A superioridade eleitoral é de nossa causa, da causa da Coligação. Grande é a impopularidade que destruiu o auxiliar do Sr. Presidente da República — o que é lamentável, porque se trata de um contrarrevolucionário, que ocupou duas altas posições no Governo, e teve oportunidade de trabalhar no Estado um ambiente de simpatias, de solidariedade e de apoio. A última hora S. Ex.ª até se retirou das fileiras do nosso partido, porque, fomentando uma dissidência, somente conseguiu a adesão de um chefe de diretório municipal. De 41 diretórios municipais, só um acompanhou na sua aventura o Sr. Pereira Lira.

E, lançando-se nos braços do Senhor Argemiro de Figueiredo, que perdeu as eleições municipais no seu principal reduto, o município de Campina Grande, o mais importante do interior do norte do país, não lhe resta agora senão o caminho da corrupção e da violência para tentar arrebatá-los numa vitória que nos está assegurada pela solidariedade da maioria do povo paraibano.

Registrando esses tristes acontecimentos, Sr. Presidente, encareço mais uma vez a atenção das altas autoridades da República para o panorama, que se está desenvolvendo na Paraíba, rara às cenas de selvageria e brutalidade, que a Polícia do Estado está praticando contra nossos correligionários. Dito, ao mesmo tempo, um apelo ao atual Governador do Estado, Sr. Dr. José Targino de quem espero providências energéticas, a fim de sejam apuradas as responsabilidades dos crimes e rigorosamente punidos os culpados. (Muito bem; muito bem.)

O SR. ACURCIO TORRES (*) — (Para uma comunicação) — Sr. Presidente! Surpreendido com a notícia, trazida ao conhecimento da Câmara, de lamentáveis acontecimentos ocorridos ontem na próspera cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba do Norte, certo, há de se ver desde logo, não venho discutir agora os fatos ali desenvolvidos, pois nem o próprio ilustre Deputado Samuel Duarte, que nos deu ciência de tais ocorrências, delas tem notícia em detalhes.

Permito-me, entretanto, Sr. Presidente, falar neste instante, e o mais ligeiramente possível, para frisar à Casa — notadamente aos meus nobres colegas da Paraíba do Norte participantes do debate — que aquele Estado tem um Governo, por sinal udenista, cujo chefe, até há poucos dias, era o Sr. Osvaldo Trigueiro. Desincompatibilizando-se este por isso que é candidato a esta Câmara, passou o exercício ao atual Governador, Sr. José Targino, também da UDN, partido que tem como dirigentes das duas alas na Paraíba do Norte o eminente Senador José Americo e não menos eminente Deputado Argemiro de Figueiredo.

Ora, precisamos por um ponto final no hábito de tudo se atribuir ao Sr. Presidente da República, sempre que em qualquer Estado da União a ordem é perturbada, toda vez que um grupo político, segundo ainda há pouco dizia à Câmara o brilhante Deputado Samuel Duarte, se atira contra outro, em manifestação pública.

Quem tem de manter a ordem no Estado Sr. Presidente, é o Governador udenista, Sr. José Targino! E estamos certos de que S. Ex.ª há de

(*) Não foi revisto pelo orador.

(*) Não foi revisto pelo orador.